

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
**ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO GERAL DAS LICENCIATURAS**

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às quatorze horas e dez minutos, em reunião remota, pela Plataforma Google-Meet, realizou-se a reunião do Colegiado Geral das Licenciaturas, na qual se reuniram seus membros (convocados e inscritos previamente) conforme gravação autorizada por todos os presentes. Professora Maina Bertagna e outros membros do Colegiado se reuniram para tentar discutir como poderiam lidar com as diretrizes definidas pela UFF. Foi criado pelo grupo um documento para ajudar a todos os professores de estágios a se orientar nesse momento; acerca das Atividades Acadêmicas Emergenciais. Entendeu-se ser necessário manter um intenso diálogo entre universidade e escolas para melhor formar os alunos. Pensou-se em como conciliar a questão do estágio com o contexto atual de ensino remoto. Colocou-se como objetivos colocar o professor em contato com esse contexto e unir pesquisa com atuação, para que o aluno se veja nesse contexto. Será necessário manter contato com diversos setores envolvidos com a educação para termos melhor dimensão da situação atual. O aluno também pode contribuir na elaboração de material didático, além de cursos de capacitação em tecnologias destinados aos alunos. Maina Bertagna também sugeriu que sejam realizadas vídeo conferências com professores das redes de educação para troca de experiências. Professora Clarissa Bastos, complementando o que a Maina destacou, disse que será preciso ir além da formação metodológica na formação dos alunos, que será preciso pensar na formação de professores no sentido da pesquisa. Professora Maura Chinelli fez apresentação dos documentos intitulados “Desafios da FEUFF durante a pandemia” e “Documento orientador para atividades de estágio supervisionado obrigatórios em cursos de licenciatura da UFF”. Professor Daniel Dias disse que acredita que os que pertencem à área da educação estão tendo um olhar síncrono sobre as pautas aqui discutidas, especialmente a pauta do estágio supervisionado. Apresentou um documento, criado pelo DCE, o qual poderá ser compartilhando com o grupo. Apresentação do documento intitulado “Proposta de Resolução para estágio na Licenciatura”. Professora Mariana Vilela destacou que é preciso lembrar que a UFF tem trinta e cinco cursos de licenciatura, em Niterói são vinte e um cursos. Diferentemente, dos outros cursos, todos respondem a uma Diretriz Curricular, e a Instrução de Serviço coloca que o limite da flexibilização é estar respaldado pelas diretrizes, por isso é preciso olhar para todas essas balizas para se encontrar uma solução emergencial para esse estágio. E acrescentou que percebe que se caminha

para diversas soluções criativas, porém é necessário pensar em outras questões, como a articulação com a atividade de extensão nas ACEs, onde há estagiários que acompanharam as aulas no pré-vestibular popular. Professora Andrea Alves disse ter duas dúvidas. A primeira: Existem quatro PPEs em que os alunos têm cem horas extraclasse e trinta horas desenvolvidas em sala. Dentro das quatro PPEs há trinta alunos no geral. E acrescenta que a informação que foi recebida é que a SEEDUC não estava recebendo estagiários. Como poderão comportar trinta alunos, se o próprio ambiente de estágio que são as escolas estaduais não estão recebendo a esses alunos? Segunda dúvida: Como ficaria a questão do convênio com escolas particulares? Quais os trâmites legais são necessários? Professor Wanderley Moura Rezende ressaltou que apreciaram muito da proposta de Angra, tanto que no encaminhamento, foram acrescentados apenas mais um item, e acrescentou também pensaram em uma proposta de horas regressiva para que os alunos possam cursar o PPE, em que não eliminados o PPE, mas o adaptariam a esse novo escalonamento. Professora Solange Santiago disse que já foram procurados por outras universidades e estão organizando uma forma de que os alunos possam participar de pelo menos dez atividades com uma carga horária de vinte horas, promovidas pela Fundação, além da atividade de formação continuada para professores. Sinalizou que estão à disposição. Professor Júlio Gralha disse que sua preocupação é em relação às escolas parceiras. Disse que em Campos dos Goytacazes existe uma relação melhor com prefeitura e as escolas particulares. O pior cenário seria chegar em setembro e não haver condição nenhuma de trabalhar com essas escolas. Acho que cada município tem suas particularidades e ficaria difícil forçar a proporção 70%-30% para todas as situações. Precisamos buscar o que se harmoniza a cada situação. Professora Mariana Vilela, respondendo ao Professor Júlio, disse que essa proporção 70%-30% é uma recomendação, e não é obrigatória. Sobre a dúvida da Professora Andrea, pediu que envie um e-mail à DPD, formalizando a sua dúvida para que possa buscar a solução. Professor Diego Moura disse que Coluni sempre foi um espaço importante para formação de professores, e nesse período de pandemia as atividades estão temporariamente suspensas; e informou que foi aprovada para a semana que vem a retomada das atividades remotas através do site desenvolvido pelo Colégio para o período da quarentena. Disse também que imaginava ser importante haver lives entre alunos e professores para trocarmos experiências. Professor Luís Felipe Belinati disse que gostaria de repassar uma pergunta de um colega: ele gostaria de saber se o mapa de estágio é necessário. Professora Mariana Vilela respondeu que no seu entendimento, o mapa de estágio não é exigido no caso das ACEs. Professora Carla Maciel acrescentou que sua dúvida é sobre como poder-se-á decorrer com todo esse procedimento de estágio, como por exemplo com esses documentos para as redes, se isso vai pela faculdade de educação, pelos professores de PPE ou pelas coordenações de curso. Sugeriu que se tente elaborar algum documento

orientador de procedimentos. Professora Maria Letícia Alves lembrou que em relação ao TCE, é necessário destacar que estando o aluno em um ambiente de trabalho de uma instituição que não seja a Universidade, a relação dele com essa instituição deve ficar esclarecida. O TCE será um instrumento que irá esclarecer a instituição concedente para que não se caracterize como vínculo empregatício. Essa é a principal função do TCE. Se forem desenvolvidas atividades em ambiente virtual, que não estejam numa instituição, talvez não se faça necessário esse instrumento. Uma vez que o aluno esteja vinculado a uma instituição, seja ela municipal, estadual ou particular, é necessário o termo de compromisso de estágio, para que fique bem claro o vínculo de estágio com aquela instituição, sendo importante especificar o procedimento a ser adotado já que se está em trabalho remoto. Com relação ao convênio, a Divisão de Estágio continua realizando convênio normalmente. Então, basta mandar um e-mail à Divisão dar-se-á andamento às tratativas para a celebração do convênio. E com relação aos seguros é a mesma coisa, basta enviar os dados dos alunos que vão ser inseridos no seguro. Professor Daniel Dias expôs sua preocupação acerca dos trâmites de documentos, e apresentou as seguintes sugestões: primeira: as instituições de ensino que aceitarem os estagiários responderiam por assinar os termos pelo professor. Disse não saber se isso seria possível. Caso não seja possível; já que o mapa de estágio demanda assinaturas de muitos professores, talvez se possa pensar em um anexo que fosse uma espécie de procuração, em que o aluno teria espaço para assimilar os dias em que ele participou das atividades práticas na plataforma remota e o professor confirmaria isso com uma única assinatura, a fim de agilizar o processo. Professora Mariana Vilela sugeriu a realização de mais uma reunião antes do final de agosto, porque até lá poder-se-á construir um documento que oriente, como um manual de procedimentos excepcionais para o período remoto. A Divisão de Prática Discente está criando um conjunto de questões que deseja perguntar às redes, para se entender como que as redes podem receber os estagiários. E pediu que se alguém tiver contato com a rede dos municípios que encaminhem esse contato DPD, para que se possa fazer essa articulação. Ficou decidido que no final de agosto haverá a gente outra reunião e trará esse levantamento. A próxima reunião será dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte. E para constar, eu David Francisco Arcenio transcrevi a presente ata.

